

HABEAS CORPUS Nº 494.128 - RS (2019/0046980-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : FABIANO MULLER GOMES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. PRÁTICA DE NOVO CRIME (ROUBO MAJORADO) DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA. FUNDAMENTO IDÔNEO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Fabiano Muller Gomes**, apontando-se como autoridade coatora a Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Agravos em Execução n. 70079791588).

Narram os autos que o Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca de Porto Alegre/RS (PEC n. 109.794-6) deferiu o livramento condicional ao paciente.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, o qual foi provido pela Corte estadual, que cassou o benefício.

Daí o presente *mandamus*, em que a Defensoria Pública sustenta que, *por certo, o histórico disciplinar do apenado no curso da execução da pena e o cumprimento de pena em cada regime constituem elementos relevantes para a aferição da possibilidade de concessão da benesse. No entanto, tais elementos, justamente por não serem requisitos exigidos por lei,*

não podem por si só, de forma automática, justificar a não concessão do livramento condicional (fls. 4/5).

Requer, inclusive liminarmente, a cassação do acórdão impugnado, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau que concedeu o benefício do livramento condicional.

É o relatório.

Não percebo, de plano, a ocorrência de manifesta ilegalidade capaz de justificar o seguimento deste *writ*.

Afinal, o Tribunal de origem, ao decidir como decidiu, não destoou da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos, no ponto, o que interessa (fls. 142/143 – grifo nosso):

[...]

E. no espécie, trata-se de recluso que. **no curso da execução criminal, cometeu novo crime doloso, a guia informando que o apenado encontrava-se em regime semiaberto desde 27.05.2015. cometendo, em tese. todavia, no dia 24.01.2017 - conforme se observa da fotocópia da denúncia acostada às fls. 54/55. o crime de roubo duplamente majorado (2x). pelo qual preso em flagrante delito, dando ensejo a instauração do processo-crime nº 003/2.17.0000550-3 (cuja denúncia já restou recebida, encontrando-se o feito em fase de instrução, observada consulta feita ao sistema informatizado desta Corte).**

Portanto, ao que se vê do processado, **o detento, quando em regime intermediário praticou novo delito doloso**, sendo preso em flagrante, em data não tão distante, constando à fl. 8. "in fine", que foi decretada a preventiva do recluso no processo originado.

O quadro, sem dúvida alguma, reclama cautela na concessão de benefício que implica liberdade do agente, ainda que sob condições, porquanto exige senso de responsabilidade que a meu sentir, é incompatível com o comportamento que foi adotado pelo agravante, durante o cumprimento da pena que lhe foi imposta.

[...]

Ora, nos casos de livramento condicional, *não é vedado ao magistrado o indeferimento do benefício quando, a despeito do reeducando apresentar atestado de bom comportamento carcerário, entender não implementado o requisito subjetivo, desde que aponte peculiaridades da*

situação fática que demonstrem a ausência de mérito do condenado (HC n. 371.375/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 22/3/2017).

Além disso, esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que não se aplica limite temporal para a análise do preenchimento do requisito subjetivo, devendo ser considerado todo o período de execução da pena, a fim de se aferir o mérito do apenado (HC n. 411.096/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 12/9/2018)

Assim, na hipótese dos autos, como visto, o sentenciado não apresenta comprovação de comportamento satisfatório durante a execução da pena de maneira a ensejar o deferimento da benesse.

Por último, ressalto que *é inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita (HC n. 286.013/SP, Ministro Ericson Maranhão (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 6/5/2015).*

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o writ.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator